



3º Simpósio Avaliação da Educação Superior
05 e 06 de setembro de 2017
Florianópolis – SC – Brasil
ISBN: 978-85-68618-04-2



MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO: A VISÃO DOS COORDENADORES DE CURSOS E DOS EGRESSOS DE MINAS GERAIS

Iris Barbosa Goulart
Centro Universitário UNA
irisgoulart@terra.com.br

Leandro Santos Ferreira
Centro Universitário UNA
leandro.ferreira@animaeducacao.com.br

Fernanda Carla Wasner Vasconcelos
Centro Universitário UNA
fernanda.wasner@prof.una.br

Daniela Vecchia Costa
Centro Universitário UNA
vecchia.daniela@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento do Mestrado Profissional na área de Administração no estado de Minas Gerais nos últimos quinze anos. A primeira parte do trabalho toma como referência o histórico desses mestrados e valeu-se de uma pesquisa documental; a segunda parte apresenta a visão dos coordenadores de cursos de Mestrado Profissional em Administração em Minas Gerais, e foi desenvolvida mediante uma pesquisa qualitativa que consistiu em entrevistas feitas com coordenadores dos cinco cursos de Minas Gerais e a terceira parte apresenta a análise que os egressos desses cursos fazem sobre a importância do curso em sua vida, mediante análise dos questionários respondidos por esses ex-alunos. Os coordenadores entrevistados expressaram sua opinião sobre o conceito, a importância e os objetivos desses mestrados, a caracterização dos alunos e seus interesses, abordaram os desafios enfrentados no tocante à seleção de docentes, à produção científica e aos processos de avaliação estabelecidos pela Capes. Os egressos relataram sobre o conhecimento adquirido no curso, a influência sobre sua vida profissional e o interesse em se tornarem professores universitários.

Palavras-chave: Mestrado Profissional, Administração, Mestrado profissional em Administração, Avaliação de cursos de Mestrado.

1. INTRODUÇÃO

A origem dos cursos de Mestrado Profissional remonta a meados dos anos sessenta do século XX, mais precisamente a 3 de dezembro de 1965, quando o Parecer nº 977, da Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Federal de Educação (CFE) manifestou-se sobre a importância da Pós-Graduação para o País, diferenciando cursos *Lato* e *Stricto Sensu* e, dentre esses últimos, os mestrados profissionais e os acadêmicos.

De acordo com o Parecer, são objetivos da Pós-Graduação a formação de um corpo docente preparado e competente, bem como a formação de pesquisadores de alto nível técnico e a qualificação profissional de outros quadros técnico-administrativos necessários ao desenvolvimento nacional. O Parecer estabelece, ainda, que a Pós-Graduação deveria ter lugar na universidade, na medida em que é integrante do complexo universitário e necessária à realização dos fins essenciais da universidade.

O relator do Parecer 977/65 (Prof. Newton Sucupira) precisa a natureza da pós-graduação, distinguindo o que constitui pós-graduação *Lato Sensu* e pós-graduação *Stricto Sensu*. A primeira designa todo e qualquer curso posterior à graduação: cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento e outros que se destinam ao treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico. A pós-graduação *Stricto Sensu* realiza os fins essenciais da universidade, por atender a estudos e pesquisas avançadas de modo regular e permanente, propiciando um grau acadêmico que deverá ser de tão alta competência científica em determinado ramo do conhecimento que, mesmo atuando em setores profissionais, tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização tem sentido eminentemente prático-profissional. (BRASIL, 1965, p. 73-74).

Baseando-se no sistema norte-americano, o parecer menciona os dois níveis de cursos de pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado, e faz distinção entre mestrado profissional (M.P.) e mestrado de pesquisa ou acadêmico (M.A.), doutorado profissional e doutorado de pesquisa, (Ph.D.), as áreas de concentração (*major*) e de domínio conexo (*minor*). Estabelece a sistemática de cursos/créditos com grande flexibilidade, a duração variável, os exames de qualificação, a necessidade de domínio de língua estrangeira, além do acompanhamento dos estudos e das pesquisas por um orientador e a exigência de um trabalho final, que seria a dissertação para o mestrado e, a tese, para o doutorado.

O Parecer do CFE nº 77/69, que também teve como relator o conselheiro Newton Sucupira, seguindo a mesma orientação do Parecer CFE nº 977/65, estabelece as normas regulatórias para o credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que deveriam obter a maioria dos votos dos conselheiros e ser homologados pelo Ministro da Educação. Entre as exigências feitas, incluía-se que a instituição que ofereceria esses cursos deveria ter um alto nível de cursos de graduação na área, um corpo docente altamente qualificado, equipamentos, laboratórios, currículos, pesquisas e trabalhos de valor, publicados em livros ou revistas científicas. Propunha-se, ainda, que conselheiros fizessem visitas *in loco*, para avaliar a qualidade dos referidos cursos.

Em um artigo publicado na década de 1980, o relator do parecer, Prof. Newton Sucupira assim se expressa:

A pós-graduação sob a forma de cursos de mestrado e doutorado é fenômeno recente no ensino superior brasileiro. Mas seu aparecimento no cenário de nossa educação superior não é fruto de uma decisão intempestiva do CFE. É o resultado de um processo intimamente vinculado ao movimento de modernização da universidade brasileira, que teve seu início na década de 50. (SUCUPIRA, 1980, p. 3)

Em outro trecho do mesmo artigo, Sucupira afirma que o Parecer constitui uma das exigências da reforma universitária. 50 (SUCUPIRA, 1980, p. 17).

A consolidação da Pós-Graduação no Brasil acelerou quando a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outros órgãos públicos ficariam incumbidos, pelo Decreto Lei nº 464, de 11/2/1969, de promover a “formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior” e compor, para tanto, uma política nacional e regional definida pelo CFE e promovida por uma comissão executiva. (CURY, 2005, p.16).

Ao final do ano de 2015, o importante Parecer 977/65 completou 50 anos e muitos avanços ocorreram, enquanto alguns pontos ainda permanecem dignos de uma revisão. Dentre esses pontos, o que constitui objeto deste relato refere-se aos Cursos de Mestrado Profissional em Administração, os quais vêm sendo oferecidos desde a década de 1990, tiveram suas normas definidas em 2001 e 2002, foram regulamentados a partir de 2009 e ainda dependem de definições mais claras sobre vários de seus aspectos. Este relato constitui a primeira parte de uma pesquisa cujo objetivo geral consiste em analisar como estão se desenvolvendo os MPA em Minas Gerais, quais seus impactos sobre as organizações e as pessoas e tem como objetivos específicos:

- Caracterizar os cursos de mestrado profissional em Administração oferecidos por instituições de ensino superior de Minas Gerais, identificando suas bases legais e realçando a ênfase definida para cada curso.
- Verificar a percepção dos coordenadores desses cursos sobre os objetivos do mesmo, as características dos docentes e discentes, os desafios por eles enfrentados nos anos de funcionamento e as sugestões que apresentam.
- Verificar a avaliação feita por egressos do curso sobre seu desempenho, vida profissional e aspirações de trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

O início da Pós-Graduação no Brasil associava o Estado, o progresso da ciência e a busca de referências internacionais de conhecimento. O Estado foi se impondo como responsável e garantidor do desenvolvimento científico e tecnológico, visto como importante para a busca de uma autonomia nacional. Já que a produção nacional de ciência e tecnologia é considerada imprescindível, a pós-graduação se coloca como estratégia de desenvolvimento, constituindo um suporte importante no próprio Estado. Nesse contexto, a política de Pós-Graduação traduziu-se em realizações e demonstrações marcadas por ações ligadas predominantemente aos órgãos decisórios da área federal e, em poucos casos, por iniciativas pontuais de um ou outro organismo da sociedade civil ou por iniciativas endógenas das instituições particulares de ensino.

Tomando como referência o Parecer 977/65, pode-se definir os termos Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional. O Mestrado Acadêmico tem por objetivo iniciar o aluno na pesquisa e habilitá-lo para o magistério superior, focando uma área de conhecimento, com disciplinas mais avançadas, que incluem uma parcela significativa de pesquisa bibliográfica, iniciação à pesquisa científica. Espera-se que, ao final do curso, o aluno tenha adquirido capacidade de desenvolver trabalho autônomo, caracterizado pela busca de referências, métodos e tecnologias atuais e sua aplicação. Espera-se também, a demonstração de capacidade de redação de textos científicos, que deve ser evidenciada pela produção do texto

da dissertação de mestrado e a publicação ou submissão de artigo(s) em reconhecidas revistas especializadas e anais de congressos, durante e após o curso.

Os mestrados acadêmicos emergiram no Brasil em meados da década de 1960, notadamente nas universidades públicas federais. Apesar de sua origem estar ligada ao Parecer nº 977/65, a existência legal dos mestrados profissionais só foi reconhecida pela Portaria da CAPES nº80, de 16 de dezembro de 1998. Já os Mestrados Profissionais emergiram no final da década de 1990; para garantir a qualidade desses cursos, critérios operacionais e normas foram definidos na Resolução da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002. Contudo, a regulamentação dos MPA só veio a partir de 2009, com a Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009 da CAPES, quando muitos cursos estavam em funcionamento e já haviam formado alunos.

O Mestrado Profissional, por sua vez, constitui uma modalidade de Pós-Graduação *Stricto Sensu* voltada para a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Seu objetivo é contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a organizações, públicas ou privadas. Logo, as propostas de cursos novos na modalidade Mestrado Profissional devem apresentar uma estrutura curricular que enfatize a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico.

Esta Portaria caracteriza o Mestrado Profissional como voltado ao emprego do método científico para a solução de problemas reais e multidisciplinares das organizações, diferente do Mestrado Acadêmico, que prepara o estudante para o uso do método científico em problemas de pesquisa acadêmica de uma área de conhecimento.

Visando a garantir o alcance dos objetivos propostos, além dos doutores da área em que é oferecido o Mestrado Profissional, foi sugerido que uma parcela do quadro docente fosse constituída de profissionais reconhecidos em suas áreas de conhecimento por sua qualificação e atuação destacada em campo pertinente ao da proposta do curso. O trabalho final do curso deveria ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e configurar-se de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos. Embora se priorize a dissertação, como no Mestrado acadêmico, a Portaria 17/2009 sugere outras modalidades de trabalho de conclusão de curso: construção de protótipos e desenvolvimento de softwares funcionais, desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; a produção de programas de mídia, relatórios conclusivos de pesquisa aplicada, manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica, entre outros.

Como o objeto deste trabalho é o Curso de Mestrado Profissional em Administração - MPA, é oportuno lembrar que o desenvolvimento da Administração como campo de ensino e pesquisa relaciona-se ao processo de industrialização e em países mais desenvolvidos, remonta ao final do século XIX. No Brasil e em outros países emergentes, o interesse pela Administração chegou mais tarde e se articulou em torno da criação da FEA – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP e da FGV – Fundação Getúlio Vargas, no fim dos anos 1940 e início da década seguinte. Quanto à Pós-Graduação, em 1967 a FGV iniciou a oferta regular de cursos de Mestrado Acadêmico e foi seguida por outras escolas. Desde então, o campo da Pós-Graduação nessa área sofreu considerável expansão e diversificação, sinalizando que a educação brasileira teve, no crescimento da sua

Pós-Graduação ocorrido nas últimas décadas, um fato relevante (WOOD JR. e PAULA, 2004; BISPO, 2014; PAIXÃO e HASTENREITER FILHO, 2014).

É oportuno citar outros trabalhos publicados sobre os Mestrados Profissionais. Fischer (2003) observa que desde o princípio, os Mestrados Profissionais brasileiros foram concebidos como um curso de natureza qualitativamente distinta, não como uma variante do Mestrado Acadêmico. Segundo a autora, a diferença reside no fato de que a vertente profissional do mestrado objetiva formar profissionais capacitados para desempenhar funções que não a pesquisa acadêmica, oferecendo cursos voltados para a aplicação, num certo campo profissional, de conhecimentos e métodos científicos atualizados. Nesses Programas, alunos experientes não vêm buscar a prática; a experiência deve ser compartilhada e iluminada pela teoria, via reflexão. Enquanto isso, o Mestrado Acadêmico se proporia formar pesquisadores. Assim, a natureza dos MPAs se expressaria pelas seguintes características: associação clara e direta da estrutura curricular e das experiências profissionais oferecidas às demandas sociais; construção do curso em torno de problemas do mundo real, a partir de interesses comuns entre a academia e instituições diversas (empresas públicas, privadas, organizações não governamentais); e a implantação e desenvolvimento do programa com o respaldo de esquemas eficientes de intercâmbio entre sociedade e instituições.

Paixão e Bruni (2013) afirmam que a modalidade acadêmica do mestrado visa à formação do pesquisador e se constitui, apesar de não formalmente, num passo para a obtenção do grau de doutor. Por outro lado, o MPA se caracteriza por formar alunos para o mercado de trabalho, não para o acadêmico. Volta-se, assim, para a aplicação prática, num campo profissional específico, de conhecimentos e métodos científicos em problemas reais e imediatos, tendo caráter terminal. Isso envolve a aplicabilidade dos resultados das pesquisas, que devem se voltar à inovação e ser passíveis de aplicação no médio e curto prazo. A idéia é estimular formas diferenciadas de pensar e atuar sobre os problemas organizacionais, envolvendo decisões em cenários que exigem deliberações sistêmicas rápidas sob condições de incerteza – realidade para boa parte das organizações (PAIXÃO, 2011).

Alperstedt, Pereira e Valle (2013), igualmente, afirmam que a modalidade acadêmica se destina à formação de pesquisadores e professores, ao passo que a outra foca a formação do profissional, dedicando-se a um trabalho final que favoreça a solução de problemas reais. A clientela desse mestrado, em sua maioria, seria formada por profissionais. Brandão, Silveira e Urdan (2009) reforçam essa distinção entre o perfil dos alunos de um e de outro Programa, ao comentarem que a grande competição no mercado tem atraído um novo discente, mais interessado em resgatar o conhecimento tácito, aplicado à prática da gestão de negócios, do que o acadêmico.

Segundo Ruas (2003), diferentemente dos programas acadêmicos, os MPAs visam ampliar e redimensionar questões empresariais, priorizando debate e reflexão sobre a problemática geral dos temas tratados, inclusive suas dimensões históricas, políticas, culturais e sociais. Sua virtude estaria aí, em produzir um salto qualitativo via imersão pela teoria, base da construção de uma nova visão de mundo. Assim, esses cursos ajudariam o aluno a entender e avaliar, com olhar mais crítico, as novas tendências e ferramentas da gestão, além de compreender e analisar cenários. Coerentemente com o autor, Paixão e Hastenreiter Filho (2014) descrevem os mestrados profissionais como cursos que buscam desenvolver um conjunto de habilidades e competências voltadas para a prática administrativa, de modo a melhorar a capacidade dos alunos de lidar com os desafios do dia a dia do trabalho, aumentando a compreensão do mundo industrial e dos negócios, num contexto de mudanças e incertezas. Seus egressos devem estar aptos a repensar constantemente seus métodos produtivos, de forma analítica e adaptativa. Ao expor o aluno a uma vasta gama de perspectivas, segundo os autores o MPA pode modificar também atitudes e comportamentos,

mutando a ordem de relevância de alguns valores e ampliando a visão de mundo dos estudantes.

Para Paixão e Hastenreiter Filho (2014), trata-se de uma oportunidade que o discente tem de exercer continuamente o desenvolvimento de alternativas bem sucedidas que leva à flexibilidade e a práticas empresariais mais efetivas, responsáveis e confiáveis. Já de acordo com Bispo (2014), em contraposição aos mestrados acadêmicos, os MPAs assumem, como objetivo claro, capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora, além de transferir conhecimento para a sociedade a fim de melhorar a eficiência, a eficácia e a produtividade de organizações públicas e privadas. Logo, voltam seu olhar para as necessidades do mercado de trabalho, configurando-se como um caminho para o alcance de resultados efetivos no ambiente profissional (PAIXÃO, 2011). Segundo o autor, enquanto os mestrados acadêmicos são os mais presentes no cenário brasileiro, a vertente profissional ainda busca de estabelecer. Se os primeiros acabam visando à reprodução da instituição universitária, na medida em que formam professores pesquisadores, ao MPA cabe a tarefa e o desafio de se abrir a setores mais amplos da sociedade, beneficiando-a e também as organizações em que os profissionais atuarão.

Paixão (2011) aponta, ainda, como traço de destaque dos mestrados profissionais, a vocação interdisciplinar, uma vez que abordam, em sua maioria, aspectos relacionados à gestão, escolha política, custo e benefícios sociais. Seu papel se relaciona à ligação que estabelecem entre a cadeia produtiva regional e o ambiente técnico-científico. Ao promoverem o desenvolvimento dos negócios, acabam contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade regional. Além disso, é possível comentar sua relevância no que se refere à transferência de conhecimentos para a sociedade, numa espécie de efeito multiplicador, que ocorre por meio dos profissionais que levam ao mercado um pouco do que aprenderam nos cursos. Os conteúdos teórico-metodológicos dessa modalidade de formação se vinculam à aplicação prática, articulando pesquisa e produção científica/ técnica, um corpo docente qualificado e com experiência gerencial, desenhos curriculares e estratégias de ensino-aprendizagem inovadoras, que incorporem a experiência dos alunos e as demandas sociais. Conforme afirma o autor, essas características representam um desafio, por exigirem compromisso crítico-reflexivo, qualidade de ensino, constante confronto prática-teoria e níveis crescentes de interdisciplinaridade.

Para Wood Jr e Paula (2004), os mestrados profissionais não podem ser entendidos nem como os MBAs norte-americanos, nem como os cursos de especialização, nem como os mestrados acadêmicos, modalidades que os precederam e influenciaram. Apresentam características de cada um desses tipos de formação, mostrando-se modelos híbridos, mas exibindo também uma essência própria que se caracteriza, dentre outros aspectos, por contradições e desafios. Como exemplos dessas tensões, os autores apontam: a exigência de dedicação frente à necessidade que os discentes têm de continuarem trabalhando; a formação voltada à prática empresarial, frente à demanda por formação docente de alguns alunos para o exercício do magistério; a tentativa de oferecer visão crítica mais profunda e reflexiva sobre os problemas abordados, em contraposição às expectativas instrumentais de boa parte dos estudantes.

A despeito desses desafios que precisa enfrentar, há pesquisas que apontam os benefícios que o modelo é capaz de apresentar. Paixão e Hastenreiter Filho (2014), investigaram 124 egressos de um curso de MPA, em busca de conhecer os impactos que o programa teve em termos de competências e habilidades, renda e carreira. O estudo identificou influências positivas nas competências e habilidades dos alunos, sobretudo em pesquisar, pensar criticamente e integrar informações de várias fontes. Em relação à carreira, a maioria dos egressos informou evoluções, notadas também pela redução na frequência das

categorias ao nível de coordenação e gerência, no período do curso, para o nível hierárquico atual, que apresentou aumento na frequência das categorias de cargo ao nível de diretoria e presidência, após o término do curso. Os egressos declararam que o salário aumentou após a conclusão do curso.

Para Ribeiro (2006), o que se busca com a criação dos Mestrados Profissionais, embora aparentemente simples, é extremamente ambicioso: que o aluno entenda a importância da pesquisa em sua área profissional, que saiba onde encontrar a pesquisa não realizada ainda, mas que se fará no futuro e, finalmente, que consiga incorporá-la ao exercício da profissão. Essa proposta não é, conforme o autor, nada trivial, de forma que o MPA não pode ser visto como uma titulação menor; alguns de seus desafios são, inclusive, tão altos ou mesmo maiores que o Mestrado Acadêmico.

Apesar disso, conforme Piquet (2008), a implantação dessa modalidade de mestrado gerou desconfortos e uma grande rejeição por parte da comunidade acadêmica. Isso foi resultado, dentre outros aspectos, do temor de que ela viesse a se contrapor ao desenvolvimento dos cursos acadêmicos pela redução de incentivos governamentais. Assim, tais cursos passaram a ser considerados de “segunda linha”. Essa impressão de inferioridade também viria, segundo Alpersdedt, Pereira e Vale (2013), de um contexto em que a distinção entre teoria e prática não apenas existe, mas se reveste com significados de superioridade, prejudicando a construção de uma prática profissional reflexiva e uma prática acadêmica transformadora.

De acordo com Paixão (2011), as discussões foram fomentadas por alguns aspectos, dentre os quais: o termo inicialmente usado para caracterizar os MPAs *profissionalizante*, muito associado ao Ensino Médio; a divulgação inicial de que esses cursos não permitiriam acesso ao doutorado; a pouca exploração quanto ao que seria aceito como trabalho de conclusão de curso; o autofinanciamento dos cursos; o temor de que professores não doutores fizessem parte desse corpo docente. Além disso, a hipervalorização dos mestrados acadêmicos contribuiu, segundo o autor, para que o modelo profissional fosse rejeitado.

Reforçando essa impressão, Paixão e Bruni (2013) ressaltam que os mestrados profissionais têm se difundido num sistema eminentemente acadêmico, que avalia seus resultados a partir da ótica tradicional da academia, e este seria um dos pontos críticos do debate que cerca os MPAs. Conforme Alpersdedt, Pereira e Vale (2013), o sistema de avaliação desses cursos foi composto, desde o início, por critérios iguais entre as duas modalidades, o que veio a se modificar apenas em 2009, quando instruções distintas passaram a valer para esse processo, por meio das Portarias nº 7/2009 e nº 17/2009, em que a CAPES determinou o uso de fichas próprias de avaliação e subcomissões específicas. Apesar da significativa mudança, segundo Paixão e Becker (2012), o avanço não foi tão contundente, sobretudo no que se refere à captação dos impactos dos Mestrados Profissionais nos alunos e na sociedade de uma forma geral.

Para Alpersdedt, Pereira e Vale (2013), há confusões conceituais que envolvem as modalidades acadêmica e profissional. Além disso, na prática, estas são vertentes que se confundem, tendo em vista que ambas habilitam para o magistério e oferecem acesso aos cursos de Doutorado, o que pode acarretar uma certa crise de identidade dos MPAs. Essa crise é comentada, também, por outros autores. Fisher (2003), por exemplo, afirma que os Mestrados Profissionais brasileiros são mal compreendidos, desenhando-se como uma espécie de fusão entre o MBA e o mestrado acadêmico quando, na verdade, deveriam se configurar como o elo perdido a unir a academia ao mundo do trabalho, reduzindo essa bipolaridade. É consenso que tensões e dilemas marcam esse modelo de ensino, alvo de polêmica da comunidade científica, simultaneamente aceito e rejeitado por instituições de peso. Críticas a essa vertente de mestrado envolvem aspectos distintos, que vão desde a base de pesquisa,

produção científica e técnica que alguns desses cursos não apresentam (FISCHER, 2003), até quem argumente que, sendo a Administração de uma ciência social aplicada, não faria sentido haver uma modalidade de ensino prática e outra teórica. Há, também, aqueles que temem que, com a proximidade entre a academia e as organizações, a pesquisa se submeta aos ditames do capital e ao interesse de grupos restritos (ALPERSDEDT, PEREIRA e VALLE, 2013). Apesar desses ataques, para Paixão e Hastenreiter (2014) existe uma impressão equivocada de que apenas os programas acadêmicos deveriam gozar de prestígio por promoverem a qualificação da universidade, enquanto os profissionais poderiam, até mesmo, desaboná-la.

3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de abordagem quali - quantitativa, de caráter descritivo, que incluiu os seguintes procedimentos. Inicialmente, o levantamento da legislação que rege a criação e o funcionamento dos MPA e em seguida foi feito contato com as secretarias desses cursos em Minas Gerais - Belo Horizonte e Lavras, a fim de se obter informações sobre o foco do curso, marcar entrevista com o coordenador e solicitar o endereço eletrônico dos egressos. Num segundo momento, foram entrevistados os coordenadores de cada um dos cursos e finalmente, num terceiro momento, foi encaminhado um questionário aos ex-alunos de cursos de Mestrado Profissional em Administração via *google.docs*.

As unidades de análise desta pesquisa são os cursos de MPA criados nas Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais os quais estão ou estiveram funcionando no período definido para o estudo (2015, 2016). São cinco cursos, sendo quatro de IES privadas e apenas um deles funcionando em uma universidade federal.

Os instrumentos de coleta de dados foram os seguintes: no primeiro momento, foi buscada a legislação referente aos cursos de mestrado profissional em administração, bem como as referências a esses cursos na literatura acadêmica, através de artigos publicados em alguns periódicos. No segundo momento, uma vez identificadas as IES, foram procurados os secretários de curso e os coordenadores, que foram convidados a dar uma entrevista que cobriu os seguintes tópicos: o foco do curso, a data de início e de paralisação (se for o caso), a diferenciação entre Mestrado Profissional e Mestrado Acadêmico, as principais dificuldades enfrentadas na condução do curso quanto a docentes, discentes, metodologias de ensino e produto final exigido, as sugestões para que se possa oferecer um curso que atenda aos requisitos específicos do MPA. As entrevistas foram feitas no local de trabalho do coordenador, sendo gravadas e posteriormente transcritas para serem submetidas à análise. No terceiro momento, foram encaminhados aos egressos questionários fechados, via *google.docs*.

A consulta à legislação sobre os mestrados, e os documentos cedidos pelas IES, assim como os relatórios disponíveis na Plataforma Sucupira constituíram objeto da análise documental. Já as entrevistas feitas com os coordenadores de curso foram submetidas à análise da narrativa, recurso que vem sendo utilizado nas pesquisas sociais, que permite a interpretação de falas de sujeitos das instituições, como é o caso presente. Esta técnica se aproxima de uma proposta da Linguística Aplicada contemporânea conforme mencionado por Moita Lopes (2006), e da perspectiva epistemológica construcionista. (Moita Lopes 2002, Gergen 1998). Já os questionários, enviados aos ex-alunos, foram submetidos à análise estatística.

4. RESULTADOS

4.2 A VISÃO DOS COORDENADORES DE MPA EM MINAS GERAIS

Para fins desse projeto, com base no Relatório de Cursos Recomendados e Reconhecidos pela CAPES (2015), constituíram objeto do presente estudo os cursos de MPA oferecidos pelas seguintes IES de Minas Gerais: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC/MG (conceito 5); Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo (FPL), Universidade Federal de Lavras:(UFLA), Centro Universitário UNA (conceito 3) e FEAD - Centro de Gestão Empreendedora (extinto a partir de 2013).

4.2.1 Mestrados Profissionais em Administração de Minas Gerais

O primeiro Mestrado Profissional em Administração de Minas Gerais foi oferecido pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-MG, com o corpo docente constituído pelos docentes da referida universidade. Havia uma entrada de alunos na própria PUC, e outra na Fundação Dom Cabral (ligada à PUC, mas funcionando em outro local), que fazia a seleção de dois em dois anos para os egressos do MBA executivo. Alguns docentes que atuavam no Mestrado acadêmico também atuavam no Mestrado Profissional, situação que se manteve até 2014, quando a CAPES definiu mais claramente a diferença entre mestrado acadêmico e profissional e exigiu que cada curso tivesse corpo docente próprio. A PUC-MG optou por manter o Mestrado acadêmico e a Fundação Dom Cabral ficou responsável pela continuidade do Mestrado Profissional, que tem duas linhas de pesquisa: Estratégia e Liderança.

O MPA da FPL iniciou-se em 2000, sendo seu corpo docente constituído por professores aposentados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP). Alguns professores eram familiarizados com questões ligadas à Administração Pública, uma vez que vinham da Escola de Governo da FJP e outros traziam experiência como consultores de empresas. O MPA da FPL funciona até hoje, com aulas aos sábados, modelo que facilita a inclusão de trabalhadores das empresas da região e mesmo de outras localidades. As linhas de pesquisa deste MPA são: Inovação e Organizações; Estratégias competitivas.

O MPA da FEAD foi criado em 2002 e os docentes eram professores recém-aposentados da UFMG, doutores formados recentemente e consultores que atuavam no mercado de trabalho. Este MPA funcionou até 2013, quando a CAPES sugeriu a suspensão da oferta de novas turmas, por ter considerado, na última avaliação feita, que o curso não vinha atendendo aos requisitos estabelecidos pelo órgão fiscalizador. Apesar da interrupção das atividades, o MPA da FEAD é uma das unidades de análise.

O curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (UFLA) é o único oferecido por uma universidade pública e também o único que funciona no interior do estado. Iniciou-se em 2011, voltado exclusivamente para a Administração pública, área da administração que vem sendo enfatizada mais recentemente pelo movimento denominado "Campo de Públicas". Linhas de pesquisa: Gestão social, políticas públicas e controle social; Gestão pública, tecnologias e inovação.

O MPA do Centro Universitário UNA foi criado em 2010 e o corpo docente contou com professores do estabelecimento, doutores jovens e docentes vindos de outras IES. A UNA, faculdade de Administração que representa o início do Centro Universitário, foi criada na década de 1960, e adquirida em 2008 por um grupo de empresários. Essa IES integra, o grupo Anima Educação, ao lado de escolas de Minas, São Paulo e se expande no momento para outros estados. Linhas de pesquisa do MPA: Dinâmica organizacional, inovação e sociedade e Redes empresariais, inovação e sociedade.

Foram entrevistados os seguintes coordenadores e/ou representantes de MPA: Ana Luisa Moura Tavares Paes - última coordenadora do MPA da FEAD; José de Arimatéia Dias Valadão, coordenador do MPAP da UFLA Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos, coordenadora pedagógica do MPA da FPL. Pueri Mário, coordenador do MPA do Centro

Universitário UNA, Roberto Patrus, último coordenador do Mestrado Profissional da PUC-MG e atual coordenador do Mestrado Acadêmico da Universidade.

4.2.2 A visão dos coordenadores dos cursos estudados: análise das narrativas

Para melhor identificação da origem das falas, os sujeitos de pesquisa passam a ser designados como representantes (R) de cada uma das unidades de análise.

A identidade do Mestrado Profissional ainda não é definida na realidade

Os coordenadores caracterizaram Mestrados Profissionais, mostrando a diferença entre eles e os Mestrados acadêmicos: realçando sua relevância:

O MPA é voltado até para atrair aquele que tem interesse em estudar, aprofundar, desenvolver, mas que quer ao final ter algo palpável ou tangível. Algo que seja efetivamente um produto fruto do trabalho de pesquisa dele, que ele possa aplicar no dia-a-dia, solucionando problemas. Então ele permite isso, é, de uma maneira mais eficiente ou mais fácil, vamos dizer assim, do que o acadêmico. É justamente, na minha opinião, estreitar esse relacionamento academia/empresa, estreitar os dia-a-dia da vivência das empresas com a academia..(R. UNA)

Baseados nesta diferença, os entrevistados registraram a relevância dos MPA:

Eu acho (o Mestrado Profissional) muito mais relevante que o acadêmico, para ser sincera. Porque o acadêmico, no meu ponto de vista, é teórico e o profissional tem uma teoria rica, profunda, mas ele tem que ver a aplicabilidade daquilo. E no acadêmico a gente não vê esse link da teoria com o mercado de trabalho. Então, quem procura o MP, que já está inserido em empresas.(R. FEAD)

O comentário deste coordenador realça o contexto no qual emergem os Mestrados Profissionais e a importância deste tipo de curso em países desenvolvidos e a percepção ainda modesta no Brasil.

Quando o MP surge, ele surge como uma figura destinada a atender uma ansiedade, uma demanda, uma necessidade que existia efetivamente da sociedade para uma integração com a academia. É uma relação universidade/empresa forte em outros países e fraca ainda no Brasil macro, amplo, de todas as áreas.(R. UNA)

Apesar de o texto legal (Resolução 17/2009) esclarecer o que constitui este um Mestrado Profissional, o processo que vai assegurar a identidade dos MPA ainda está sendo desenvolvido nos cursos oferecidos e carece ainda de orientações da CAPES:

No meu ponto de vista, nós temos um problema de identidade aqui do MP, que a própria CAPES criou isso. Não estou te falando nada novo, não, eu só vou reforçar de repente aquilo que você tem escutado por aí. Ou seja, a CAPES com aquele parecer de 2009, coloca o MP no mesmo nível do MA, ou seja, o egresso do MP tem as mesmas prerrogativas de atuação profissional do MA. Só que os objetivos do MP, são diferentes, aí o que é o nosso caso e é o mesmo problema de muitos outros MP. No meu ponto de vista, o corpo docente do nosso programa é um corpo docente acadêmico, (R. UFLA)

Neste processo de definição da identidade do Mestrado Profissional em Administração, há que se considerar o contexto no qual ele surgiu, a missão que lhe é atribuída, os resultados esperados. Os coordenadores entrevistados realçaram esses pontos e apontaram a falta de clareza que ainda existe, anos após sua criação.

O primeiro ponto realçado pelos entrevistados é a característica do discente de um MPA: um profissional que carrega uma certa experiência e que volta à escola para levantar questões relacionadas ao seu trabalho e produzir respostas práticas. Este coordenador realça a diferença entre mestrados acadêmicos e profissionais:

A formação do mestrado acadêmico é uma formação clara de professor para entrar na sala de aula e ensinar. ... No Mestrado Profissional, o objetivo dele não é esse. A lei permite que você seja professor como tal, tem essa figura docente, mas o objetivo é outro. O objetivo, pelo menos, a ideia é que ele venha a resolver problemas do dia-a-dia do prático. Ele produz um impacto social diferenciado do que é o acadêmico. (R. UNA)

Além de ter uma teoria forte e profunda, o aluno tem que imergir também na teoria. É a devolução para a empresa (R. FPL)

Entretanto, às vezes, o Mestrado Profissional costuma ser atraente para pessoas que têm o objetivo de continuar na carreira acadêmica, fazendo Doutorado.

Nós temos uma procura grande de alunos que não vêm do mercado, não vêm das instituições públicas. São discentes que interessam pelo mestrado acadêmico porque eles querem fazer pesquisa, querem fazer doutorado, querem ir pra docência no ensino superior e, no meu ponto de vista, não é esse aluno que o mestrado profissional deve buscar. (R. UFLA)

O ideal seria que eles se tornassem melhores profissionais nas empresas, mas a maior parte quer se tornar professor. É uma outra distorção, porque o título é idêntico e a formação didática acaba sendo delegada ao acadêmico, sendo que o carreira que está na empresa ele quer ter uma carreira em “y” para também vir a dar aula ou no presente ou no futuro.(R.PUC)

O interesse pela carreira acadêmica emerge desde o momento da seleção dos alunos e um dos coordenadores aponta o risco da má formação de professores:

Nós já temos um problema sério de educação superior no Brasil, que é essa falta da formação do professor de ensino superior. No meu ponto de vista, inchar ainda mais esse contingente de profissionais no ensino superior que chegaram lá por razões diversas, que não a vocação.(R. UFLA)

Um dos coordenadores expôs sua experiência ao lidar com essa questão, na qual se viu impulsionado a encontrar uma solução que atendesse a expectativa daqueles que vieram buscar um objetivo que não era a prioridade do MPA

O que distinguia no currículo e na formação do mestrando era que o acadêmico priorizava a formação do professor. Como no mestrado profissional o que o aluno queria era ser professor, então nós incluímos a disciplina didática, os estágios docentes, os estágios de elaboração de material e o estágio em pesquisa.(R.PUC)

Diante do direito que é assegurado ao concluinte do Mestrado Profissional de ser professor universitário e seguir uma carreira acadêmica, os cursos de MPA precisam se voltar para o melhor preparo dos docentes, trazendo uma colaboração e não uma dificuldade a mais para os quadros docentes das IES.

O corpo docente, que deveria garantir a identidade do MPA, é, geralmente, constituído de doutores como nos mestrados acadêmicos. Não se implantou ainda a inclusão de especialistas vindos do mercado

O professor do MPA tem que estar inserido também no mercado. Se for aquele professor, com todo o respeito, aposentado de universidade federal, que ficou lá o tempo inteiro, que nunca entrou numa empresa, não dá certo. ... Então hoje a gente procurou pegar novos doutores que vinham com “gás”, já eram consultores ou já vinham de grandes empresas, então não tinham só aquele viés acadêmico. Em contrapartida, a gente perdia pra avaliação da CAPES em relação à publicação. (R. FEAD)

No meu ponto de vista, o corpo docente do nosso programa hoje, ele é um corpo docente acadêmico; no MP não precisa ser doutor e a própria resolução diz. (R. UFLA)

A exigência da experiência de mercado deveria também atingir os coordenadores, como realçado por esta entrevistada:

O Mestrado Profissional precisa ter um professor que atenda à sua finalidade, um coordenador que tenha uma visão da academia mas tenha um pé no mercado. (R. FPL)

Embora a Portaria que regulamenta o MP admita a possibilidade de o especialista do mercado poder desempenhar um papel docente relevante no curso, existe ainda uma resistência à adoção desta medida inovadora.

Os critérios de avaliação do MPA, que deveriam garantir a identidade do curso, tornaram-no mais complicado do que o mestrado acadêmico.

Tendo em vista o sentido atribuído ao Mestrado Profissional, define-se o o interesse dos alunos do MPA pelos trabalhos que devem elaborar, assim como a rejeição por aqueles trabalhos que não têm relação com seus objetivos

Eles (alunos do Mestrado Profissional) não têm necessidade de publicação de artigos, não dão importância para aquilo, eles não estão ali para publicar. Eles não querem aprender a publicar, porque a publicação deles é outra linguagem, é uma linguagem de mercado, uma linguagem de gestão. (R. FEAD)

Entretanto, quando se avalia um Mestrado Profissional, o critério adotado reforça a produção de artigos mais do que os produtos técnicos ou outros recursos:

O que vai ser avaliado num Mestrado Profissional para que ele possa continuar permanente? É a própria produção científica. Do mesmo jeito que no Mestrado Acadêmico. (R. UFLA)

A exigência que a CAPES faz é de artigo publicado em revista Qualis A ou B. É como se fosse no Mestrado acadêmico. E as revistas demoram a apresentar um parecer sobre o artigo. Esses critérios adotados pela CAPES são os mesmos tanto para o mestrado acadêmico quanto para o profissional. Até porque os profissionais que são avaliadores geralmente vieram da academia, não estão preocupados em valorizar os produtos do mestrado que são úteis para o mercado. (R. FEAD)

Tendo em vista o sentido atribuído ao Mestrado Profissional, define-se o o interesse dos alunos do MPA pelos trabalhos que devem elaborar, assim como a rejeição por aqueles trabalhos que não têm relação com seus objetivos

A dificuldade maior: atender aos critérios da Capes de produção aluno/professor, porque produção com o aluno é um dos itens mais difíceis, eu diria, para a gente atender. O aluno não tem a formação de pesquisador, mas a Capes cobra. (R. FPL)
Como é que você avalia um docente hoje se nem a CAPES sabe direito o que é uma produção técnica e tecnológica? A CAPES dividiu em três classes de produção técnica e tecnológica. Então, se você vai credenciar ou descredenciar um professor, o que você leva em consideração? Quantas publicações científicas que ele tem. Pronto. Então é essa a régua. É o mesmo critério do MA. (R. UFLA)

Não existe uma distinção clara entre MP e MA, porque o MP foi uma iniciativa que começou na década de 90 e se estendeu nos anos 2000 e a agência reguladora que é a CAPES não terminou esse processo de consolidação e definição. É algo que nós acreditamos que ainda vá acontecer. (R. UNA)

Este coordenador menciona o esforço da Capes, realçando que ainda sem sucesso:

E aí, tentando inventar uma identidade para o mestrado profissional, eu acho que aí teve esse trabalho de tentar ver um plano de avaliação diferente, uma parte de professores diferentes, todo esse esforço que a CAPES está fazendo que na verdade faz com que o mestrado profissional fique mais exigente do que o acadêmico. (R. PUC)

Foi possível concluir que mesmo após sessenta anos da proposta de implantação de cursos de Mestrado Profissional, não se tem clareza sobre o que realmente constitui a identidade desses cursos e, sobretudo, a Capes continua tentando tornar claro um modelo de avaliação que seja adequado a tais cursos.

4.3 A ANÁLISE DO CURSO FEITA PELOS EGRESSOS

Os questionários foram encaminhados aos ex-alunos dos cinco cursos mencionados e foram necessárias cinco tentativas, feitas ao longo de 140 dias, para que fossem encaminhados os questionários respondidos. Uma vez submetidos à análise, verificou-se a existência de 136 questionários válidos, com todas as questões respondidas.

4.3.1 Caracterização da amostra de respondentes

As questões referentes à caracterização da amostra, como idade, gênero, IES na qual concluíram o Mestrado, evidenciaram que existe maior concentração da idade atual dos egressos do MPA abaixo de 39 anos, e uma concentração em torno de 51 e 52 anos.

No que diz respeito a gênero, verifica-se que a parcela de homens que concluíram o mestrado foi pouco superior à de mulheres - 57% dos respondentes são homens, parcela superior em relação à de mulheres com 43%.

A maioria dos respondentes concluiu o curso de Mestrado na Faculdade de Pedro Leopoldo, o que coincide com o fato de ser a instituição que até o momento da coleta de dados possuía o maior número de alunos concluintes. Em segundo lugar, apresenta-se o número de concluintes no Centro Universitário UNA, o que se justifica pelo fato de os pesquisadores trabalharem nessa instituição. Quanto ao reduzido número de respondentes da PUC-MG, é provável que se deva à mudança do foco do Mestrado em Administração dessa instituição de profissional para acadêmico.

4.3.2 Análise das questões fechadas do questionário

Dentre as questões fechadas, foram consideradas relevantes as que dizem respeito ao momento em que os respondentes decidiram realizar o mestrado, à realização de cursos de pós graduação *lato sensu*, à progressão salarial ou hierárquica após a realização do Mestrado e ao interesse na continuidade dos estudos.

As respostas dadas à questão referente ao tempo transcorrido entre a graduação e o Mestrado indicam que cerca de 19% dos egressos levaram de 3 a 4 anos para buscarem o Mestrado; 16% levaram de 5 a 6 anos e 14% buscaram o Mestrado por volta de 7 a 8 anos após concluírem o curso de graduação. O transcurso deste período se justifica, provavelmente, pelo fato de a maioria dos respondentes ter feito um curso de pós-graduação *lato sensu* antes do Mestrado.

Deve-se registrar, também, que a busca do Mestrado Profissional 11 a 25 anos após a conclusão do curso de graduação se justifica pelo momento em que os alunos que atuam em empresas estão concluindo sua carreira nessas empresas e aspirando um novo tipo de atividade profissional, provavelmente como docentes de ensino superior.

Quanto à realização de curso de pós-graduação *lato sensu* antes da decisão de fazer o Mestrado, verificou-se que a maioria dos respondentes (79%) foi diretamente para o Mestrado, não tendo feito outro curso de pós-graduação.

Com relação aos efeitos do Mestrado Profissional em Administração sobre o salário e a carreira dos respondentes, as respostas dadas pelos egressos do MPA indicam que 46%

consideram que o curso trouxe crescimento salarial para eles, enquanto 25% afirmam que tiveram mudança de cargo. Uma pequena parcela de egressos (8%) afirma que não mudaram de cargo e 9% consideram que não tiveram crescimento salarial. Logo, cerca de 17% dos respondentes afirmam que não tiveram melhoria salarial nem na carreira. Cerca de 12% dos respondentes registraram que a questão não se aplica, o que indica que provavelmente esses egressos não entenderam a questão ou que consideram que não tiveram melhoria salarial nem hierárquica na empresa.

Sobre o encaminhamento dos estudos do egresso do Mestrado Profissional em Administração após a conclusão do curso, verificou-se que 76% dos respondentes manifestaram que estão dando continuidade aos estudos. Alguns iniciaram o Doutorado, outros estão se preparando para o Doutorado, estudando língua estrangeira. Existem, ainda, egressos que buscaram um curso de qualificação profissional, e até mesmo alguns que buscaram outro curso de graduação. Cerca de 24% dos respondentes não continuaram os estudos.

4.3.3 Análise das questões abertas do questionário

As questões abertas buscaram a opinião dos egressos sobre os benefícios obtidos da conclusão do Mestrado Profissional em Administração e os resultados podem ser resumidos no disposto no gráfico 4, onde se observa que 48% dos egressos consideram que a realização do MPA trouxe aprimoramento profissional e crescimento e 34% deles relatam que trouxe melhoria salarial. Poucos respondentes fizeram referência ao papel do Mestrado Profissional como facilitador ou elemento capaz de melhorar sua atuação como docente e 4% consideram que não trouxe qualquer benefício.

Ao analisarem a importância que o MPA teve para sua vida pessoal e profissional, os respondentes deram respostas muito variadas e tornou-se necessário agrupá-las conforme exposto no gráfico 5. Cerca de 21% dos respondentes registraram que a realização do MPA teve uma importância relevante, fundamental em suas vidas. A aquisição de conhecimento teórico e técnico foi registrada por 17% deles e 16% registraram a contribuição para seu aprimoramento profissional, enquanto 14% consideraram que a importância do MPA esteve ligada à sua realização pessoal.

É importante realçar que apenas 8% dos egressos de Mestrados Profissionais em Administração registraram a possibilidade de atuarem como docentes e pertencerem ao meio acadêmico. Este resultado contraria o que foi apontado pelos coordenadores ou aponta a tendenciosidade da amostra de respondentes desta pesquisa.

Quanto à importância que o curso realizado teve para a organização na qual o egresso trabalha, verificou-se que 44% dos respondentes consideram que a qualidade do serviço da empresa teve ganho. Os demais resultados apontam melhoria da avaliação da instituição de ensino superior na qual trabalham pelo MEC, pelo fato de a escola ter um profissional com curso de Mestrado (11%); ganho da empresa a nível gerencial, executivo e de coordenação (9%) e cerca de 13% dos respondentes afirmaram que houve pouco ganho ou nenhum. Acredita-se que esta resposta pode estar relacionada à mudança de empresa após a conclusão do curso, à perda de cargo ou função no momento de crise vivido pelo país por ocasião da coleta de dados, ou mesmo ao fato de que muitos dos egressos de cursos de MPA têm profissões não ligadas diretamente à administração (engenheiros, psicólogos, enfermeiros, técnicos em ciência da informação ou técnicos industriais) e o curso não trouxe, provavelmente, uma contribuição para a melhoria de sua atuação nas empresas nas quais trabalham.

Houve, ainda, um questão que tinha como objetivo coletar sugestões dos egressos para melhorar o curso de Mestrado Profissional na oferta futura do mesmo. Além de uma visão

sobre o futuro do curso, esta resposta pode indicar a percepção de faltas do curso oferecido e mesmo uma sugestão para que o mesmo possa atender à demanda daqueles que o procuram. Analisando as respostas, verifica-se que 20% dos respondentes sugeriram que o curso tivesse mais atividades práticas, enquanto 13% consideraram que o curso deveria mesclar aulas práticas com aulas teóricas; 14% apontaram que seria preciso melhorar a grade curricular e 9% realçaram a necessidade de professores menos acadêmicos e/ou mais próximos das atividades dos alunos. Estes itens têm uma relação direta com a questão mencionada pelos coordenadores sobre a necessidade de se contar no corpo docente com pessoas vindas do mercado de trabalho e de se dar ao curso um caráter mais prático, voltado para as questões levantadas pelas organizações. Alguns sugeriram parcerias com instituições brasileiras ou internacionais, maior foco nas inovações e mesmo suprimir a exigência de publicação de artigo em periódicos de caráter essencialmente acadêmico. Alguns optaram por não emitir resposta a esta questão.

5 CONCLUSÃO

A dificuldade de se definir com clareza o que deve caracterizar os mestrados profissionais tem como uma de suas causas o fato de que a Pós-Graduação, no Brasil teve como palco as universidades públicas, que constituem o espaço privilegiado da academia. A aproximação entre essas universidades e o mundo do trabalho, entre o teórico e o prático ainda constitui um desafio. Apesar de declarada a relevância do MPA, os coordenadores consideram que o modelo que orienta a organização e o funcionamento desses cursos é o específico do Mestrado acadêmico.

O primeiro equívoco que surgiu a respeito dos mestrados profissionais foi, provavelmente, a avaliação de que esses mestrados tinham um valor inferior ao dos mestrados acadêmicos, uma vez que se detinham principalmente em problemas do cotidiano das empresas. Outro equívoco se liga ao fato de que os docentes convidados para atuar nos cursos de Mestrado Profissional, em sua maioria, não conhecem o mundo organizacional e a tendência tem sido adotar uma postura tipicamente acadêmica e exigir uma produção similar à que é exigida no Mestrado Acadêmico.

A CAPES, órgão responsável pelo aperfeiçoamento do pessoal de Ensino Superior, se viu também diante de um impasse: como definir as condições de oferta dos mestrados profissionais, como encaminhar os estudos, quais os produtos finais do curso, quando os membros que compõem o órgão vêm da academia e são marcados por sua experiência. Passados 50 anos da primeira referência aos Mestrados Profissionais, são iniciados os primeiros cursos desse tipo e só em 2009 foram emitidas as primeiras orientações (Portaria 7/2009; logo depois substituída pela 17/2009).

O atendimento às normas estabelecidas pela CAPES tem requerido esforços dos Mestrados Profissionais que sobreviveram no estado de Minas Gerais: percebe-se um esforço dos coordenadores desses cursos e um investimento significativo dos docentes desses programas para obterem a pontuação necessária à manutenção e ao desenvolvimento desses cursos. Depois de 15 anos que esses mestrados profissionais vêm sendo oferecidos na área de Administração, é oportuno que se efetue uma análise de como eles vêm sendo estruturados, quem são docentes, discentes e egressos desses cursos, quais as maiores dificuldades que enfrentam, assim como perspectivas e tendências inerentes a esse tipo de formação. Esta pesquisa constitui um primeiro passo para este tipo de investigação.

Ainda não são comuns pesquisas que apontem os desafios relacionados ao funcionamento dos mestrados profissionais, especialmente na área de Administração. A referência às dificuldades que permeiam a oferta desses cursos justifica a intenção do grupo

que se propôs realizar a presente pesquisa, que expõe, pelo menos, no estado de Minas Gerais, o processo de vivenciado pelos cursos de Mestrado Profissional em Administração.

REFERÊNCIAS

- ALPERSDEDT, G. D.; PEREIRA, F. I.; VALLE, L. R.. Mestrados profissionais em Administração, Contabilidade e Turismo no Brasil e seu processo de avaliação. Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, IV, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília, 2013.
- BISPO, A. C. K. A.. A trajetória dos mestrados profissionais em administração no Brasil: uma abordagem dinâmica e multidimensional. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, XXXVIII, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.
- BRANDÃO, M. M.; SILVEIRA, R. B.; URDAN, A. T.. Quem vê currículo não vê posição? Um estudo baseado no ranking da Você S/A e no conceito da CAPES/MEC em mestrados profissionais. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, XXXIII, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.
- CAPES. **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos**. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisaRies&codigoArea=60200006&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=ADMINISTRACAO%20C3O&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRACAO%20C3O%2C+CIANCIAS+CONTEUDOWEB%20C1BEIS+E+TURISMO>>. Acesso em 19 de abril de 2015.
- CUNHA, L. A.. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CURY, C. R.. Quadragésimo ano do Parecer 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, Set./Out./Nov./Dez., 2005.
- FISCHER, T.. Seduções e riscos: a experiência do mestrado profissional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 119-123, Abr./Maio/Jun., 2003.
- GERGEN, Kenneth. 1998. Construcionism and realism: how are we to go on? In: Ian Parker. Ed. Social Constructionism, discourse and realism. London; Sage Publications.
- GRESSLER, L. A.. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2 ed.. São Paulo: Loyola, 2004.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. A.. **Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MELO, K. V. A.; OLIVEIRA, R. R.. Mestrados profissionais: origens, processos de institucionalização e tendências atuais. Estudo de dois cursos de mestrado em gestão pública em Pernambuco. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXVII, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia, 2003.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. 2002. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras. R. B..
_____. 2006. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematizações construídas que tem orientado a pesquisa. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Ed. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola.
- PAIXÃO, R. B.; BECKER, J. L.. Indicadores de impacto de mestrados profissionais: construção e análise à luz da multidimensionalidade. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, XXXVI, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.
- PAIXÃO, R. B.; BRUNI, A. L.. O que avaliar nos mestrados profissionais? Uma análise colegiada centrada nos participantes. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, IV, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília, 2013.

- PAIXÃO, R. B.; HASTENREITER FILHO, H. N..Autoavaliação de impactos: o que nos dizem os egressos de um mestrado profissional em administração. **Revista Administração: Ensino e Pesquisa**. v. 13, n. 4, p. 831-859, Out./Nov./Dez., 2014.
- PIQUET, R.. Mestrado profissionalizante: relato de uma experiência. **Regiões e Cidades**, v. 1, n. 1, p. 2-9, 2008.
- RIBEIRO, R. J.. Ainda sobre o mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, p. 313-315, Dez., 2006.
- RIBEIRO, R. J.. O mestrado profissional na política atual da CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 8-15, Jul., 2005.
- RUAS, R.. Mestrado profissional: em busca de identidade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 55-63, Abr./Maio/Jun., 2003.
- SUCUPIRA, N.. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n. 4, p. 3-18, Out./Dez., 1980.
- WOOD JR., T.; PAULA, A. P. P..O fenômeno dos MPAs brasileiros: hibridismo, diversidade e tensões. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 1, p 117-129, Jan./Mar., 2004.